



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Relacionamento, Governança e Projetos

ATA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CGD/MS - 01/10/2025

ATA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA DIGITAL – CGD/MS Portaria GM/MS Nº 1.001, de 18 de maio de 2021 alterada pela Portaria GM/MS Nº 1708, de 30 de outubro de 2023		
IDENTIFICAÇÃO		TIPO DE DOCUMENTO
DATA	HORÁRIO	REUNIÃO
01.10.2025	10:00h	Sala de Reuniões da Secretaria Executiva, Edifício Sede do Ministério da Saúde, 2º andar.
MEMBROS TITULARES / SUPLENTES		ASSINATURA
Adriano Massuda (SE/MS)		Presente
Nilton Pereira Júnior (SE/ MS)		Ausente
Ana Luiza F. R. Caldas (SAPS/MS)		Presente
Ilano Barreto Almeida (SAPS/MS)		Ausente
Mariângela Simão (SVSA/MS)		Ausente
Letícia de Oliveira Cardoso (SVSA/MS)		Presente
Fernanda de Negri (SECTICS/MS)		Ausente
Eduardo Jorge Valadares (SECTICS/MS)		Ausente
Mozart Júlio Tabosa Sales (SAES/MS)		Ausente
Carlos Amilcar Salgado (SAES/MS)		Presente
Felipe Proenço de Oliveira (SGTES/MS)		Ausente

Jérzey Timóteo Ribeiro Santos (SGTES/MS)	Presente
Ricardo Weibe Nascimento Costa (SESAI/MS)	Ausente
Eliene dos Santos Rodrigues - Putira (SESAI/MS)	Presente
Ana Estela Haddad (SEIDIGI/MS)	Presente
Paulo Eduardo Guedes Sellera (SEIDIGI/MS)	Ausente
Paula Xavier dos Santos (DATASUS/MS)	Presente
Robson Wilian de Melo Matos (DATASUS/MS)	Ausente
Adriana Macedo Marques (Encarregada de Dados/MS)	Presente
CONVIDADOS	ASSINATURA
Loyane Mota Fernandes (CGRGP/DATASUS/SEIDIGI/MS)	Presente
Marcelo Takatsu (CGAPISTIC/DATASUS/SEIDIGI/MS)	Presente
Ramón Moreno Matos Vieira (CGIE/DATASUS/SEIDIGI)	Presente
Lucca Vinha (SECTICS/MS)	Presente
PAUTA	
1. Abertura da 6ª Reunião Extraordinária do CGD/MS; 2. Atualização das prioridades dos sistemas das Secretarias;	3. Apresentação do diagnóstico inicial da Infraestrutura; 4. Informes; 5. Encaminhamentos.
DESDOBRAMENTOS	
<p><u>1. Abertura da 6ª Reunião Extraordinária do CGD/MS – 2025:</u> O Presidente do Comitê de Governança Digital do Ministério da Saúde - CGD/MS e Secretário Executivo, Adriano Massuda, deu início a 6ª Reunião Extraordinária do Colegiado, cumprimentando todos os presentes. Em seguida, procedeu com a identificação dos membros, validando o quórum necessário para a abertura dos trabalhos do Comitê. Destacou a relevância do encontro para acompanhamento das ações de infraestrutura e segurança da informação, bem como para avaliação do andamento das estratégias estruturantes e da priorização de demandas de sistemas no âmbito do Ministério. Em continuidade, fez a leitura dos itens constantes da pauta e concedeu a palavra à Diretora do Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS, Paula Xavier, membro do Comitê, que propôs a inversão da ordem dos itens de pauta, a fim de que o segundo tema fosse apreciado antes do primeiro, em virtude da ausência temporária, devidamente justificada, do apresentador do item inicial. A proposta foi acolhida pelos membros do Comitê, sem que houvesse objeções quanto à alteração.</p> <p><u>2. Apresentação do diagnóstico de Infraestrutura e Segurança da Informação:</u> A palavra foi concedida ao Sr. Ramon Vieira, Coordenador-Geral de Infraestrutura de Segurança da Informação - CGIE do DATASUS/SEIDIGI, que apresentou panorama detalhado da atual infraestrutura tecnológica do</p>	

Ministério da Saúde, contemplando aspectos de estrutura organizacional, capacidade operacional e desafios estratégicos.

Entre os principais pontos apresentados, destacou:

- A CGIE/DATASUS é composta por três coordenações: Gestão de Data Center e Infraestrutura, Segurança da Informação e Gestão de Banco de Dados;
- A área é composta por cerca de 300 colaboradores, entre servidores e terceirizados, distribuídos entre Brasília, Rio de Janeiro e outras localidades;
- Há mais de 110 serviços de TIC ativos e mais de 1.000 atividades catalogadas no sistema de gestão de demandas;
- O DATASUS mantém ambientes de Data Center em Brasília e no Rio de Janeiro, além de operação em nuvens governamentais (Dataprev e Serpro);
- Está em curso o processo de migração do Data Center do Rio de Janeiro para Brasília, em virtude da desocupação do prédio da Rua México e da ausência de infraestrutura física adequada no novo edifício ministerial.

Ramon destacou, ainda, o papel estratégico da infraestrutura ministerial no atendimento às unidades do SUS, informando que há 787 links ativos, dos quais 710 dedicados às Unidades de Saúde Indígenas, e quase 800 novos links contratados para Unidades Básicas de Saúde em 2025.

Salas Seguras e Descentralização dos Hospitais Federais

Durante o debate, foram relatadas dificuldades na transição e na manutenção das salas seguras dos seis Hospitais Federais do Rio de Janeiro, em virtude da descentralização administrativa. A Diretora Paula Xavier, esclareceu que, embora as salas ainda estejam sob gestão do Ministério, há diretrizes para que os entes gestores (Município do Rio de Janeiro, Ebserh e Fiocruz) assumam gradualmente a governança e os contratos correspondentes. Relatou, ainda, que foram realizadas oficinas com os seis Hospitais Federais, com o objetivo de elaborar um plano de transição. Enfatizou que já foi encaminhada solicitação à Secretaria Executiva para o agendamento de reunião destinada ao alinhamento do processo de transição das salas seguras junto aos Hospitais Federais, observando que cada instituição tem apresentado reações distintas em relação às orientações do DATASUS sobre o tema.

A Secretária de Atenção Primária à Saúde, Ana Luiza Caldas, reforçou a necessidade de um plano de transição formalizado, que garanta a continuidade da operação sem comprometer a segurança dos dados e a infraestrutura existente, destacando que não cabe ao Ministério manter investimentos em unidades municipalizadas, especialmente diante da capacidade técnica e orçamentária dos entes locais.

Ramon esclareceu ainda, que o processo de transição atualmente em curso está contemplando o Hospital Cardoso Fontes, Hospital de Bonsucesso e Hospital de Andaraí, sendo que o Cardoso Fontes está com seu processo mais avançado neste sentido.

Segurança da Informação e Proteção de Dados

Na sequência, o Coordenador-Geral Ramon Vieira apresentou dados referentes à proteção cibernética do Ministério da Saúde, relatando os avanços obtidos desde 2020:

- Redução de 97% nas vulnerabilidades críticas;
- 73 bilhões de tentativas de ataque bloqueadas por firewall no último ano;
- Implementação de camadas de segurança nas estações de trabalho, redes e aplicações;
- Fortalecimento de políticas de autenticação multifator e controle de acesso.

A Secretária Ana Estela Haddad destacou que o Ministério da Saúde é alvo constante de ataques cibernéticos, sendo o setor de saúde, globalmente, o principal alvo de crimes digitais, seguido pelos setores financeiro e governamental. Reforçou a necessidade de decisões colegiadas que deem suporte técnico e político à adoção de medidas de segurança, especialmente quanto à obrigatoriedade de autenticação multifator em sistemas corporativos. Destacou ainda, a importância de que o Comitê Executivo de Tecnologia da Informação e Comunicação – CETIC/MS, instância técnica responsável pelo acompanhamento das ações de TIC, esteja alinhado às iniciativas em andamento nesse contexto.

O Comitê reconheceu a relevância da pauta e decidiu que a SEIDIGI apresentará proposta de diretrizes de segurança digital para deliberação em reunião futura do CGD.

Desafios Identificados pela Área Técnica

O DATASUS apontou seis desafios prioritários relacionados à infraestrutura e à segurança:

- 1. Modernização de sistemas legados e mitigação de riscos associados;
- 2. Hospedagem de sistemas externos e dependência de tecnologias proprietárias;
- 3. Ausência de site efetivo de recuperação de desastres (Disaster Recovery);
- 4. Planejamento insuficiente de infraestrutura nas demandas oriundas das Secretarias;
- 5. Capacidade limitada de atendimento técnico nacional, especialmente nas áreas indígenas e remotas;
- 6. Falta de padronização de contratações e priorização estratégica integrada entre as áreas finalísticas e a SEIDIGI.

Foi ressaltado que parte dos problemas decorre de sistemas legados de longa data e da ausência de planejamento prévio por parte das Secretarias demandantes, o que resulta em sobrecarga operacional e riscos de segurança.

O Secretário Executivo, Adriano Massuda, destacou a necessidade de uma abordagem estratégica para o enfrentamento dos sistemas legados do Ministério, sugerindo a definição de critérios de priorização e a seleção de dez sistemas essenciais para reestruturação em 2026, de forma a promover maior integração, segurança e modernização do ecossistema digital do órgão.

Atualização das Estratégias

A SEIDIGI apresentou o andamento das estratégias definidas pelo CGD em agosto de 2025:

Estratégia	Situação Atual (out/2025)
1. TED Fiotec	46 dos 50 profissionais de apoio à gestão de TIC contratados
2. TED UnB	Edital publicado em 19/09/25
3. Contrato Regular	Termo de referência em análise; execução prevista para mar/2026
4. Contrato Emergencial	Propostas analisadas pela SAA; início previsto para nov/2025

Adicionalmente, a Secretária Ana Estela informou que está em análise na Consultoria Jurídica - CONJUR o Edital para criação do Laboratório de Inovação em Saúde Digital - InovaSUS Digital, e a previsão de chamadas públicas para universidades e institutos federais, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento público e

reduzir a dependência de fábricas privadas. Foi mencionada ainda a ação complementar de fortalecimento da política de desenvolvimento público em software no SUS.

3. Atualização das prioridades dos sistemas das Secretarias:

A Diretora do DATASUS, Paula Xavier, apresentou o Coordenador-Geral de Arquitetura, Produto e Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação – CGAPSTIC, Marcelo Takatsu, aos membros do CGD/MS, que iniciou a sua fala apresentando o balanço de demandas priorizadas na reunião do CGD de 6 de agosto de 2025:

- 185 demandas inicialmente priorizadas (cerca de R\$ 6 milhões);
- 141 concluídas (76%) e 40 em andamento;
- Principais sistemas: Mais Especialistas, Plataforma Brasil, Dignidade Menstrual, SIGResidências, SIGConferências, InvestSUS e SISREG.

Foi relatado que algumas demandas adicionais, não incluídas na priorização original, foram atendidas por caráter emergencial ou por derivarem de sistemas estruturantes. Entre elas, destacaram-se Dignidade Menstrual e Cadastro CPF.

As Secretarias foram orientadas a concluir, até o final de outubro, a revalidação de demandas e revisão de priorizações, considerando as novas demandas, o saldo contratual limitado e as estratégias definidas em agosto de 2025 de modo a subsidiar o planejamento da segunda rodada de priorização e evitar dispersão de esforços ou sobreposição de pedidos.

A Secretária Ana Estela Haddad enfatizou a importância de que os secretários mantenham a gestão ativa sobre seus sistemas, destacando que, após a conclusão das prioridades iniciais, será necessário dar continuidade ao trabalho com o mesmo nível de comprometimento. Ressaltou a necessidade de promover uma mudança cultural nas áreas técnicas, que historicamente tendem a propor demandas sem a devida reflexão orçamentária, como se os recursos fossem ilimitados. Pontuou que é fundamental compreender que tanto o orçamento quanto a capacidade de atendimento são finitos, e que o processo de priorização não pode se basear apenas na ordem de chegada das demandas, mas sim em critérios técnicos e estratégicos.

O Secretário Executivo Adriano Massuda, em concordância com a colocação anterior, reforçou que cada Secretaria deve assumir a responsabilidade pela gestão dos sistemas de informação que suportam seus respectivos programas. Destacou que essa é uma mudança cultural em curso no Ministério, que exige das áreas não apenas uma visão administrativa, mas também estratégica e avaliativa sobre os dados produzidos por suas ações e programas. Enfatizou que a consolidação dessa nova cultura é essencial para aprimorar a governança, a integração e o uso inteligente da informação na gestão pública.

4. Encerramento da 6ª Reunião Extraordinária do CGD/MS – 2025:

O Presidente, Adriano Massuda, ressaltou que o Comitê de Governança Digital do Ministério da Saúde (CGD/MS) constitui instância estratégica da alta gestão do Ministério, incumbida de deliberar sobre temas estruturantes da política de governança digital. Destacou que a busca de soluções para os desafios enfrentados pelo órgão deve permanecer como prioridade dos gestores, reforçando que o êxito das ações depende do engajamento, da cooperação e da união de todos os envolvidos.

Nada mais havendo a tratar, Massuda agradeceu a presença e a participação dos membros, reiterando o papel estratégico do CGD/MS na consolidação da governança digital do Ministério da Saúde e no fortalecimento da Estratégia Federal de Governo Digital.

DELIBERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
1. Alinhar junto a SE um plano de transição das salas seguras dos Hospitais Federais;	1. DATASUS/SEIDIGI/MS	1. A definir;
2. Apresentar no CGD a estratégia de enfrentamento dos sistemas legados (seleção de 10 sistemas prioritários para reestruturação em 2026);	2. DATASUS/SEIDIGI/MS	2. A definir;
3. Estabelecer calendário fixo das reuniões do CGD/MS, fixando as reuniões para a primeira quinta-feira de cada mês, das 10h às 12h.	3. SE/MS	3. Recorrente;
4. Retomar as reuniões do CETIC/MS;	4. DATASUS/SEIDIGI/MS	4. Outubro/2025;
5. Agendar a próxima reunião.	5. SE/MS	5. 06/11/2025.
SUGESTÃO DE PRÓXIMAS PAUTAS		
1. Deliberação sobre o plano de transição das salas seguras dos Hospitais Federais;		
2. Deliberação sobre a estratégia de enfrentamento dos sistemas legados;		
3. Apresentação dos resultados das Oficinas de validação de novas demandas;		
ELABORADA POR:		
✓ Suellen de Carvalho Meira Pessoa - CGOV/CGRGP/DATASUS/SEIDIGI/MS		
REVISADA POR:		
✓ Whesley Fernandes Henrique - CGOV/CGRGP/DATASUS/SEIDIGI/MS		
✓ Graziella Cervo Santana - CGOV/CGRGP/DATASUS/SEIDIGI/MS		
VALIDADA POR:		
✓ Loyane Mota Fernandes - CGRGP/DATASUS/SEIDIGI/MS		



Documento assinado eletronicamente por **Putira Sacuena, Diretor(a) do Departamento de Atenção Primária à Saúde Indígena**, em 15/10/2025, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Luiza Ferreira Rodrigues Caldas, Secretário(a) de Atenção Primária à Saúde**, em 15/10/2025, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Massuda, Secretário(a)-Executivo(a)**, em 15/10/2025, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leticia de Oliveira Cardoso, Diretor(a) do Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças não Transmissíveis**, em 15/10/2025, às 19:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Estela Haddad, Secretário(a) de Informação e Saúde Digital**, em 16/10/2025, às 22:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Amilcar Salgado, Secretário(a) Adjunto(a) da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde**, em 21/10/2025, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jerzey Timoteo Ribeiro Santos, Secretário(a) Adjunto(a) de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde**, em 22/10/2025, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Xavier dos Santos, Diretor(a) do Departamento de Informação e Informática do SUS**, em 28/10/2025, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Macedo Marques, Coordenador(a)-Geral de Demandas de Órgãos Externos de Informação e Saúde Digital**, em 28/10/2025, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0051069150** e o código CRC **0A514E4C**.